

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano III | Volume 7 | Nº 19 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<http://doi.org/10.5281/zenodo.4958115>



PSICOLOGIA, PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA E EDUCAÇÃO

Michel Goulart da Silva¹

Resumo

Neste ensaio procura-se discutir o nascimento da psicologia enquanto campo do conhecimento, inserindo na dinâmica de desenvolvimento do método científico, a partir do Renascimento. Por meio de pesquisa bibliográfica, procura-se mostrar como esse método, de início, acaba se caracterizando por um certo mecanicismo, que redundou em formulações teóricas positivistas. Mostra-se também como a influência do materialismo dialético nesse processo, discutindo seus impactos no processo educativo.

Palavras chave: Psicologia; Positivismo; Marxismo.

Abstract

This essay seeks to discuss the birth of psychology as a field of knowledge, addressing the dynamics of the development of the scientific method, from the Renaissance onwards. Through bibliographical research, we try to show how this method, at first, ends up being characterized by a certain mechanism, which resulted in positivist theoretical formulations. It also shows how the influence of dialectical materialism in this process, discussing its impacts on the educational process.

Keywords: Psychology; Positivism; Marxism.

Não seria exagero afirmar que “as pessoas, normalmente, têm um domínio, mesmo que pequeno e superficial, do conhecimento acumulado pela Psicologia científica” (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1999, p. 15). Contudo, parte das noções e ideias que se têm da psicologia acabam sendo impregnadas pelo senso comum. O senso comum é constituído de conhecimentos espontâneos, intuitivos, produzidos socialmente pelo homem no seu cotidiano a partir do contato com a realidade, através dos sentidos. Em contraste, a ciência pode ser definida como “conjunto de conhecimentos sobre fatos ou aspectos da realidade (objeto de estudo), expresso por meio de uma linguagem precisa e rigorosa. Esses conhecimentos devem ser obtidos de maneira programada, sistemática e controlada, para que se permita a verificação de sua validade” (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1999, p. 19).

O surgimento da ciência psicológica está ligado ao surgimento e à consolidação do que poderíamos chamar de Ciência Moderna (SILVA, 2020). Esse processo se deu a partir dos séculos XVI e XVII, na Europa, no contexto do Renascimento. O período está marcado pela decomposição do modo de produção feudal, pela transição ao capitalismo e pelo surgimento de uma burguesia mercantil, que século após século enriquece e ascende a postos de poder do Estado. No que se refere às ciências, esse momento caracterizou-se pelo desenvolvimento de métodos experimentais e empíricos nas

¹ Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atua no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC). Email: michelsilva@yahoo.com.br



investigações, afastados das especulações metafísicas que tomavam como pressuposto a onipresença de um Deus Todo-Poderoso. Nesse processo, segundo Engels (1985, p. 15-6),

foi atenuada a ditadura espiritual da Igreja. Os povos germanos repeliram-na, em sua maioria, tendo adotado o Protestantismo, enquanto, entre os povos latinos, estabeleceu-se uma alegre liberdade de pensamento, imitada dos árabes e alimentada pela filosofia grega, recentemente descoberta, tendo-se assim preparado o terreno para o materialismo do século XVIII.

Procurava-se constituir um campo científico que partisse da análise dos fenômenos da natureza. Nesse processo,

com a ascensão da burguesia, produziu-se o grande ressurgimento da ciência. Voltava-se a cultivar a astronomia, a mecânica, a física, a anatomia, a fisiologia. A burguesia necessitava, para o desenvolvimento de sua produção industrial, de uma ciência que investigasse as propriedades do corpo físico e o funcionamento das forças naturais. Mas, até então, a ciência não havia sido mais que a servidora humilde da Igreja, não lhe sendo prometido transpor as fronteiras estabelecidas pela fé; em outras palavras, havia sido tudo menos uma ciência. Agora, a ciência se rebelava contra a Igreja; a burguesia precisava da ciência e se lançou com ela na rebelião (ENGELS, 2005, p. 21-2).

Entre as contribuições, que se refletiram na Psicologia científica, há as de Descartes, que, ao postular a separação entre mente e corpo, tornava possível algo até então impossível: o estudo do corpo humano morto – que, desprovido do espírito, era concebido como uma máquina. Mas, apesar dos avanços ocorridos no período, precisou de um longo processo para que as ciências rompessem em definitivo com as crenças religiosas. Engels aponta:

O ato revolucionário pelo qual a investigação da Natureza declarou sua independência e repetiu, de certo modo, a queima de bulas papais, realizada por Lutero, foi a edição da obra imortal em que Copérnico, embora timidamente e já próximo da morte, lançou à autoridade eclesiástica sua luva de desafio a respeito das coisas da Natureza. A partir desse ponto, as ciências naturais se emanciparam da teologia, muito embora os esclarecimentos a respeito das pretensões daquelas e desta se arrastem até os nossos dias, não tendo ainda entrado em determinadas cabeças (ENGELS, 1985, p. 17).

O surgimento da Psicologia científica tem como marco a criação do primeiro Laboratório de Experimentos de Psicofisiologia, por Wilhelm Wudt, na Alemanha, em 1875. Essa experiência apontava para “o desligamento das ideias psicológicas de ideias abstratas e espiritualistas, que defendiam a existência de uma alma nos homens, a qual seria a sede da vida psíquica” (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1999, p. 26). O desenvolvimento técnico produzido pela chamada revolução industrial, que afetava não apenas as formas de trabalho como a sociedade em seu conjunto, colocava novos problemas e necessidades para a sociedade europeia, em meados do século XVIII e principalmente durante o século XIX. Era preciso desenvolver novos conhecimentos e, como consequência, novos métodos e campos científicos, a fim de dar respostas e soluções práticas aos desafios então colocados pelo



desenvolvimento da indústria e da economia. Nesse contexto “os problemas e temas da Psicologia, até então estudados exclusivamente pelos filósofos, passam a ser, também, investigados pela Fisiologia e pela Neurofisiologia em particular” (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1999, p. 39). Os diferentes campos das chamadas ciências humanas – História, Sociologia, Antropologia – se desenvolveram, utilizando e desenvolvendo métodos próprios de investigação de um mesmo objeto, o ser humano.

Nesse período, marcado pela ascensão da burguesia ao poder e a consolidação do Estado liberal, as ciências dão ênfase à razão, à liberdade humana e à possibilidade de transformação do mundo real. Constituíam-se a ciência moderna, experimental, empírica e quantitativa, “que buscou desvendar as leis da natureza e construir um conhecimento pela experiência e pela razão” (BOCK, 2001, p. 15). Procurou-se também constituir um método que permitisse aos cientistas observar a realidade e construir um conhecimento racional.

No século XIX, esse conhecimento científico se caracterizou, em grande medida, pelo “mecanicista, porque se pautou na ideia de leis de funcionamento regular do mundo, guiado por leis que poderiam ser conhecidas “pelo “determinista, porque pensou o mundo como um conjunto de fenômenos que são sempre causados e que essa relação de causa-efeito pode ser descoberta pela razão humana” (BOCK, 2001, p. 15-16). Essas características têm forte proximidade com os fundamentos que sustentam a corrente positivista, para a qual “a sociedade é regida por leis naturais, isto é, leis invariáveis, independentes da vontade e da ação humanas; na vida social, reina uma harmonia natural” (LOWY, 1994, p. 17). Partindo dessa compreensão, entende-se que a sociedade pode “ser epistemologicamente assimilada pela natureza”, sendo “estudada pelos mesmos métodos, *démarches* e processos empregados pelas ciências da natureza” (LOWY, 1994, p. 17). Consequentemente, segundo essa concepção, “as ciências da sociedade, assim como as da natureza, devem limitar-se à observação e à explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias” (LOWY, 1994, p. 17).

Nesse cenário, em 1875, Wundt procurou distinguir a Psicologia como ciência, tendo como objeto a “experiência consciente”. Essa nova ciência procurava “pensar a consciência com processo ativo na organização de seu conteúdo pela força da vontade” (BOCK, 2001, p. 16). Para Wundt, o pensamento humano era produto da natureza e criação da vida mental, sendo o indivíduo, ao mesmo tempo, criatura e criador. Wundt, contudo, pressupunha “uma regularidade no homem, como se fosse uma máquina dotada de funcionamento próprio”, além de “causas para o ‘efeito homem’ que observamos” (BOCK, 2001, p. 17). Em Wundt “há marcadamente a perspectiva do homem apriorístico, como estruturas ou mecanismos prontos que permitem seu funcionamento regular enquanto ser humano” (BOCK, 2001, p. 17).



As teorias psicológicas de origem liberal têm sido dominantes na Psicologia. O liberalismo é ideologia fundamental do capitalismo, nascido no contexto das revoluções burguesas, propondo, no início, a destruição do feudalismo e seu regime, mas depois se transformando em ideologia de manutenção da ordem capitalista. Um dos fundamentos dessa ideologia é a valorização do indivíduo, visto como “um ser moral que possui direitos derivados de sua natureza humana. Somos indivíduos e somos iguais, fraternos e livres, com direito à propriedade, à segurança, à liberdade e à igualdade” (BOCK, 2001, p. 18). Com o desenvolvimento desse campo do conhecimento, o ser humano foi colocado no centro das pesquisas, diante da possibilidade de ver, de pensar, de fazer, tornando-se a escolha uma exigência e um elemento da condição humana, nascendo a noção de “eu”, do indivíduo. Esse campo do conhecimento dedica-se a estudar o “mundo interno”, caracterizando-se a psicologia “fundamentalmente por pensar o homem a partir da noção de natureza humana”, a qual “nos iguala e exige liberdade, como condição para desenvolver nossas potencialidades como seres humanos” (BOCK, 2001, p. 19). Nessa perspectiva, o *fenômeno psicológico* aparece descolado da realidade em que o indivíduo está inserido ou mesmo descolado do próprio indivíduo que o abriga. Acredita-se que o mundo “externo”, estranho ao “eu”, impede e dificulta o pleno desenvolvimento do mundo “interno”, sendo um lugar no qual o indivíduo é obrigado a estar e ao qual, portanto, precisa se adaptar. Por conseguinte, o fenômeno psicológico é visto de forma abstrata, uma característica humana naturalizada, estranha à realidade concreta dos sujeitos.

Em meados da década de 1920, o psicólogo soviético Vigotski lançou as bases da Psicologia Sócio-histórica, procurando construir uma teoria que superasse as tradições liberais e estudasse o mundo psíquico humano como construção histórica e social, portanto dialética. Essa formulação “fundamenta-se no marxismo e adota o materialismo histórico e dialético como filosofia, teoria e método”, concebendo “o homem como ativo, social e histórico” (BOCK, 2001, p. 17). Nessa compreensão, a sociedade é entendida como produção histórica humana, a partir das relações concretas dos homens entre si, mediada pelo trabalho, e as ideias como representação da realidade material (SILVA, 2008, 2010). Parte-se do pressuposto de que

os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (MARX; ENGELS, 2007, p. 32-3).



Nesse sentido, entende-se que é a ação dos seres humanos que transformam a realidade concreta. Nesse sentido, entende-se a história “como movimento contraditório constante do fazer humano, no qual, a partir da base material, deve ser compreendida toda produção de ideias, incluindo a ciência e a psicologia” (BOCK, 2001, p. 17-18). Cabe ressaltar, nesse sentido:

Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. No primeiro modo de considerar as coisas, parte-se da consciência como do indivíduo vivo; no segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais, vivos, e se considera a consciência apenas como sua consciência (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

Nessa concepção, o fenômeno psicológico deve ser entendido como produção histórica humana, não pertencendo a uma natureza abstrata e encarada como uma manifestação mecânica. Portanto, não há uma existência prévia ao próprio homem, fazendo com que a psicologia reflita as condições sociais, econômicas e culturais nas quais vivem os seres humanos. Nesse sentido, “falar do fenômeno psicológico é obrigatoriamente falar da sociedade. Falar da subjetividade humana é falar da objetividade em que vivem os homens” (BOCK, 2001, p. 22). Nesse sentido, as capacidades cognitivas humanas devem ser encaradas associadas a uma série de transformações qualitativas, onde cada transformação cria condições para novas transformações, em um processo histórico e dialético. O fenômeno psicológico, portanto, “deve ser visto como subjetividade, concebida como algo que se constitui na relação com o mundo material e social, mundo este que só existe pela atividade humana” (BOCK, 2001, p. 23). Para a Psicologia Sócio-histórica, conhecer o fenômeno psicológico significa conhecer a expressão subjetiva de um mundo objetivo, ou seja, “retirá-lo de um campo abstrato e idealista e dar a ele uma base material vigorosa” (BOCK, 2001, p. 23).

No âmbito da educação, no que se refere aos fenômenos psicológicos, o processo educativo não deve ser encarado a partir da individualidade, como se o sujeito fosse responsável pelo fracasso ou pelo sucesso. Em uma perspectiva liberal, o indivíduo livre, que não é visto como um produto histórico das contradições da sociedade, é o responsável por suas escolhas, seus erros, seus limites, suas dúvidas, seus medos, enfim, pelo resultado de sua instrução, sendo cobrado dele uma formação específica que lhe permita algum posto no organismo social da sociedade. Nessa compreensão,

a escola surge como um antídoto à ignorância, logo, um instrumento para equacionar o problema da marginalidade. Seu papel é difundir a instrução, transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizá-los logicamente (SAVIANI, 1989, p. 18).

Essa compreensão, que pode ser chamada de “tradicional”, sofreu várias críticas ao longo de décadas. Essas críticas, contudo, não rompiam com a matriz liberal. Uma das manifestações dessa crítica se expressa no movimento chamado Escola Nova, para o qual



a educação, enquanto fator de equalização social será, pois, um instrumento de correção da marginalidade na medida em que cumprir a função de ajustar, de adaptar os indivíduos à sociedade, inculcando neles o sentimento de aceitação dos demais e pelos demais (SAVIANI, 1989, p. 20).

Portanto, embora se apresente como progressista, a Escola Nova não supera a ideia de uma natureza humana e a crença em uma realidade externa à qual o indivíduo precisa se adaptar. Essa compreensão centrada no indivíduo, inserida na perspectiva liberal, desconsidera o contexto social e histórico, se limitando a formular métodos que se limitam a indicar formas de ajustar o sujeito à sociedade.

Para uma compreensão histórica e dialética, que seja efetivamente crítica, da educação, é preciso ter em mente que a escola é determinada socialmente e que a realidade capitalista é dividida em classes com interesses antagônicos. Ou seja, a escola sofre a determinação dos conflitos de interesses (de classe e outros) que permeiam a sociedade, não tendo a classe dominante qualquer interesse na transformação da escola (SILVA, 2015). Esse fator explica os limites das teorias liberais e aponta como uma necessidade para as teorias críticas a formulação do ponto de vista dos interesses dos dominados (SAVIANI, 1989, p. 41). Ou seja, a educação deixa de ser encarada como um processo externo a um sujeito que precisa se adaptar a um mundo considerado abstratamente como hostil para se tornar um problema encarado pela dialética entre subjetivo e objetivo. Enquanto ser histórico, não se limita a ser um mero receptor de conteúdo, mas um sujeito que pode transformar a realidade. Portanto, o processo educativo não se torna mera adaptação do indivíduo ou reprodução da sociedade em mentes passivas, mas, se rompida as relações de dominação e exploração, pode ser também ferramenta de emancipação humana.

Como conclusão, pode-se entender que a psicologia, em seu percurso de mais de um século, vem se estabelecendo como campo científico, ainda que sofra influências do senso comum. O conhecimento psicológico, cada vez mais, precisa localizar o ser humano inserido na sociedade em que vive, no momento histórico de sua prática, no espaço em que os sujeitos agem. Não existe uma natureza humana imutável e o indivíduo não existe apenas para si, mas é produto das condições materiais de existência. Portanto, no âmbito da educação, não cabe ao conhecimento psicológico partir de ideias preexistentes do fenômeno psicológico, mas entendê-lo em seu contexto, como produção social e histórica, que se modifica e é determinado pela existência concreta dos seres humanos.



REFERÊNCIAS

BOCK, Ana Mercês. “A Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia”. *In*: BOCK, Ana Mercês *et al.* (orgs.). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. São Paulo: Cortez, 2001.

BOCK, Ana Mercês; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo: Saraiva, 1999.

ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Centauro, 2005.

LOWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 1994.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

SILVA, Michel Goulart da. “Educação profissional, capital e força de trabalho no Brasil”. **Germinal**, vol. 7, n. 2, 2015.

SILVA, Michel Goulart da. “O macaco e o trabalho”. **Revista Urutágua**, n. 14, dezembro, 2008.

SILVA, Michel Goulart da (org.). **Marxismo e natureza: ecologia, história e política**. Pará de Minas: Editora VirtualBooks, 2010.

SILVA, Michel Goulart da. “Reflexões sobre a história das Ciências Humanas”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 1, n. 2, 2020.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano III | Volume 7 | Nº 19 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima